

A Dominação Epistemológica no Imperialismo: A construção de uma narrativa de subjugação dos povos colonizados¹

Lorenzo Campomizzi Bueno Gontijo²

Resumo

No campo das Relações Internacionais, os estudos a respeito do fenômeno do Imperialismo dos séculos XIX e XX comumente analisam as dinâmicas de poder e os interesses materiais que levaram as potências europeias a empreender uma dominação no continente africano. No entanto, é imprescindível se atentar também para a subjetividade presente nesse processo. Por exemplo, sabe-se que as justificativas usadas pelas potências para a entrada na África muitas vezes mascaravam suas reais pretensões. Havia um considerável esforço para construir uma narrativa de caráter humanitário e civilizatório para as intervenções, atribuindo uma imagem de inferioridade e exotividade aos povos colonizados. Tal prática - aqui identificada como uma dominação epistemológica - teve um peso notável para a consolidação da imagem do africano como sendo *o Outro*, ainda hoje subjugado e alvo de racismo e xenofobia. Nesse sentido, a presente proposta utiliza o pós-colonialismo como lente de análise, a fim de compreender a contribuição da dominação epistemológica exercida no contexto do Imperialismo para a construção de uma noção subjugada dos povos e culturas colonizados, relacionando esse fenômeno com os outros tipos de dominação realizados pelas potências europeias. Para isso, foi feita uma análise de conteúdo de obras de autores europeus dos séculos XIX e XX, responsáveis pela produção científica eurocêntrica que fomentou o processo de dominação epistemológica sobre a África.

Palavras chave: Dominação Epistemológica, Imperialismo, Pós-colonialismo, Conhecimento, Poder.

Abstract

In the field of International Relations, studies regarding the Imperialism phenomenon of the nineteenth and twentieth century's usually tend to analyze dynamics of power and material interests that brought European powers to set a domination over the African continent. However, it is indispensable to also pay attention to the subjectivity within this process. For instance, it is known that the claims used by European powers to enter in Africa many times hid their real pretensions. There was a considerable effort to build a humanitarian and civilizing narrative for the interventions, attributing an image of inferiority and exoticness to the colonized peoples. This practice - here identified as an epistemological domination - had a notable weight for the consolidation of an image of the African as *the Other*, being, even today, subjugated and targeted by racism and xenophobia. In this sense, the present proposal uses Postcolonialism as its lens of analysis, in order to comprehend the contribution of epistemological domination exerted in the context of Imperialism to the construction of a subjugated notion of the colonized peoples and cultures, relating this phenomenon with the other types of domination used by European powers. To that end, a content analysis was made from European author's works from the

¹Artigo apresentado no painel Imperialismo/Modernidad/Colonialidad do IV Congreso de Estudios Poscoloniales “Cuerpos, Imaginarios y procesos de racialización contemporáneos en el Sur”, ocorrido entre os dias 12 e 15 de novembro de 2018, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Tal proposta é resultado parcial do projeto de pesquisa “A legitimidade dos paradigmas interpretativos não-convencionais das Relações Internacionais contemporâneas”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Marina Scotelaro e possibilitado pelo curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH.

² Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH (2019).
E-mail: lorenzocbg@gmail.com.

nineteenth and twentieth centuries, which were responsible for the Eurocentric scientific production that fomented the process of epistemological domination over Africa.

Key Words: Epistemological Domination, Imperialism, Postcolonialism, Knowledge, Power.

Introdução

O Imperialismo europeu dos séculos XIX e XX no continente africano é um fenômeno muito pouco estudado dentro das Relações Internacionais (RI) (Darby & Paolini, 1994), e as análises *mainstream* a respeito do tema muitas vezes tratam a exploração das potências sobre as colônias apenas em termos materiais e objetivos. Em consequência, esses estudos acabam não dando a devida importância para a subjetividade e a imaterialidade presentes nas ações das metrópoles. Essas que se davam, por exemplo, por meio da dominação epistemológica. Tendo em vista que o conhecimento também foi utilizado como instrumento de dominação pelos europeus, é necessário dar atenção ao fenômeno imperialista analisando-o sob uma perspectiva imaterial e subjetiva.

Nesse sentido, o Imperialismo pode também ser compreendido a partir da construção de uma narrativa de superioridade europeia perante os colonizados africanos. Esse movimento corroborou para que, gradativamente, o racismo, a xenofobia e o ódio para com os povos e culturas dominados se tornassem algo praticamente natural e intrínseco à percepção do *Outro*. Isso possibilitou uma ação mais enfática das potências em território africano, principalmente com o apoio do discurso da modernização e do progresso que seria levado dos europeus para os povos colonizados, tido como selvagens.

Considerando a discussão acima, a pergunta que se busca responder ao longo do artigo consiste em: como a dominação epistemológica exercida no contexto do Imperialismo europeu dos séculos XIX e XX contribuiu para a construção de uma noção subjugada dos povos e culturas colonizados e como esse fenômeno estava atrelado aos outros tipos de dominação? A partir daí, vem o interesse de revisar as bases epistemológicas e ontológicas da discriminação e subjugação europeia contra os povos colonizados. Para isso, a perspectiva teórica pós-colonial faz-se necessária, por ser aquela que mais se encaixa no contexto do Imperialismo e suas diferentes formas de dominação, principalmente as de caráter imaterial.

O objetivo geral do trabalho é, portanto, compreender a contribuição da dominação epistemológica exercida no contexto do Imperialismo para a construção de uma noção subjugada dos povos e culturas colonizados, relacionando esse fenômeno com os outros tipos de dominação realizados pelas potências europeias. Sendo assim, é importante definir o

conceito de dominação epistemológica no contexto do Imperialismo europeu nos séculos XIX e XX. Também é necessário compreender a importância da perspectiva pós-colonial para análise desse fenômeno. A partir de então, será possível identificar a aplicação dos métodos de dominação epistemológica em produções do período imperialista, os quais representam a evidência empírica desse mecanismo de dominação.

Este estudo é relevante para o campo das Relações Internacionais e para os estudos pós-coloniais, uma vez que o Imperialismo é um tema historicamente abordado por meio de uma perspectiva particular da realidade: a europeia. E tendo em vista que os produtores desse conhecimento moldaram a percepção desse fenômeno histórico, faz-se necessário desconstruir este universalismo e apresentar o outro lado da história.

Em termos metodológicos, primeiramente foi feita uma pesquisa descritiva sobre o Imperialismo e suas diferentes formas de ação materiais e imateriais, a fim de definir o conceito de dominação epistemológica. Em segundo, foi feita uma revisão bibliográfica a respeito da perspectiva pós-colonial, visando entender como esse aporte teórico contribui para a compreensão do tema. Posteriormente, foi feita uma análise de conteúdo³ de obras de autores europeus dos séculos XIX e XX, responsáveis pela produção científica eurocêntrica que fomentou o processo de dominação epistemológica sobre a África. Dessa forma, busca-se responder a pergunta proposta e contribuir assim para os estudos sobre Imperialismo, principalmente aqueles de abordagem teórica reflexivista que contém um viés crítico e normativo.

O Imperialismo e suas formas de ação

A partir dos encontros da Conferência de Berlim⁴ de 1884 e 1885, as potências europeias delimitaram a partilha da África, fato que marcou a transição do século XIX para o século XX como o período de institucionalização do Imperialismo no continente. Fenômeno este que pode ser compreendido como uma relação de *dominação* entre as potências europeias e os territórios africanos, na qual o primeiro controlava de maneira imposta a soberania política, econômica, social e cultural do segundo (Doyle, 1986; Bush, 2006). Ademais, pode-se dizer que essa ligação entre metrópole e colônia, representada por uma relação assimétrica de dominação e dependência, gerou uma submissão efetiva do colonizado pelo colonizador (Cohen, 1974).

³ A análise de conteúdo proposta aqui foi limitada pelo escopo reduzido do trabalho, portanto, ela é proporcional as possibilidades dispostas pelo formato do texto.

⁴ É importante ressaltar que as intervenções europeias na África já ocorriam desde os séculos XIV e XV. Porém, o recorte temporal proposto pelo artigo abrange o período do Imperialismo pós-Conferência de Berlim.

Apesar da definição acima ser minimamente capaz de caracterizar o que foi o Imperialismo, ressalta-se que este conceito é bastante discutido na academia, tendo em vista as distintas perspectivas dos autores que escrevem a seu respeito. Dentre os primeiros a tratar do tema, Hobson (1902), Lênin (1916) e Schumpeter (1919) ganham destaque, sobretudo por terem sido contemporâneos ao fenômeno e pelo impacto de suas obras para a compreensão inicial e conceitualização do mesmo. Mesmo que tenham abordagens diferentes, esses três autores convergem no sentido de que o capitalismo está intrinsecamente ligado às práticas coloniais dos séculos XIX e XX.

Para eles, o Imperialismo era necessário para a manutenção do sistema capitalista europeu, uma vez que havia a necessidade de escoar os produtos para um possível novo mercado, assim como buscar mais fontes de recurso para suprir a elevada taxa de produção e consumo europeia. Nesse sentido, o capitalismo foi a força motriz que mobilizou a competição entre os Estados europeus, desencadeando uma busca incessante por recursos e novos mercados como alternativa para escoar a produção excedente. Conseqüentemente, as potências europeias viram na África a possibilidade de externalizar essa disputa e utilizar o continente como palco para sanar seus interesses materiais (Hobson, 1902; Lênin, 1916; Schumpeter, 1919).

Diferentemente da compreensão economicista adotada pelos autores acima, há aqueles que compreendem o Imperialismo como um fenômeno motivado mais por questões políticas do que econômicas. É o caso de Morgenthau (1948), um dos ditos cânones do campo de RI que fundamentaram o pensamento racionalista e positivista da área. Ele enxerga o Imperialismo como um processo de quebra do *status quo*, caracterizado pela tentativa de se alterar as relações existentes de poder no âmbito internacional, e que tem como consequência inevitável o conflito e a provável exploração de um Estado sobre outro. Sua abordagem atenta-se para a busca política por poder a partir de um jogo de soma zero, no qual o Estado vai utilizar os meios necessários (e ao seu alcance) – sejam eles econômicos ou não - para vencer seu oponente, de modo que a vitória do primeiro implica na derrota do segundo (Morgenthau, 1948). Ainda que a interpretação de Morgenthau (1948) sobre o Imperialismo atente-se para interesses políticos das potências europeias na África que vão além de aspectos meramente econômicos - os quais foram enfatizados por Hobson, Lenin e Schumpeter - ela dá pouca importância para questões subjetivas relacionadas à obtenção de poder por meios que não sejam materiais.

Por mais que fatores políticos e econômicos tenham sido as principais motivações para a Conferência de Berlim e a conseqüente institucionalização dos empreendimentos imperialistas, é necessário ressaltar que as justificativas utilizadas pelas potências para entrada

na África muitas vezes mascaravam seus reais interesses. Sob a influência do Iluminismo e da Revolução Industrial, princípios como modernidade, civilidade e racionalidade - termos com significados majoritariamente cunhados pelo Ocidente - serviram de pressuposto para fundamentar a ação colonizadora europeia na África (Bush, 2006; Chakrabarty, 2000). Dessa forma, havia um grande esforço dos governos imperialistas em criar uma narrativa de caráter humanitário e civilizatório para a dominação, a fim de consolidar a ideia de que as intervenções na África seriam benéficas para o continente. Essa era a premissa necessária para legitimar as ações europeias e, conseqüentemente, possibilitar uma intervenção de maneira estrutural nas colônias (Wallerstein, 2006; Amin, 1989).

Para garantir o controle desses territórios colonizados e a sustentação da relação de dominação vigente, as metrópoles dispunham de diferentes métodos de ação. As dominações no âmbito político, militar, econômico e social, por exemplo, correspondiam às ações de caráter *material*. Elas estavam relacionadas à intervenção estrutural promovida pelo Império e abrangiam todo e qualquer meio objetivo de dominação que proporcionasse resultados tangíveis - seja através da inserção de um sistema político escolhido pela metrópole, a apropriação dos recursos naturais advindos da colônia ou a construção de assentamentos para europeus visando a reestruturação demográfica local (Doyle, 1986; Amin, 1977; Stasiulis & Yuval-Davis, 1995).

Existem também as ações de caráter *imaterial* empregadas pelas potências europeias, as quais podem ser caracterizadas como intervenções que giram em torno da subjetividade e do aspecto ideacional da dominação. Essas medidas são identificadas principalmente nas práticas de dominação cultural do Imperialismo, cujos objetivos estavam associados à ganhos intangíveis que iriam servir de suporte para as dominações materiais ocorrerem (Tomlinson, 1991). Tais práticas aconteciam, por exemplo, por meio da imposição da língua e religião oficial da metrópole no território colonizado, ou por meio da supressão de movimentos culturais locais (Thomas, 1994). Dessa forma, a população se via totalmente privada de praticar seus costumes⁵, recebendo em troca uma influência colonial maçante que se dava através da língua, religião, educação e vestimentas. Isso facilitava a atuação do Império, principalmente pelo fato de

⁵ A supressão de práticas culturais de um povo por outro feita com um viés de dominação está diretamente ligada à prática do genocídio cultural. Para compreender mais a respeito desse tema, ver Davidson (2012) *Cultural Genocide*. Dentro desse escopo, é possível identificar o fenômeno da “aculturação”, conceito definido por Redfield *et al* (1936) em *Memorandum for the Study of Acculturation*, que reconhece que um dado contato entre dois povos ou grupos culturais distintos ocasiona uma mudança no comportamento e, conseqüentemente, na cultura daquele(s) povo(s). Nesse sentido, a imposição de elementos da cultura europeia nas colônias africanas e a conseqüente absorção (mesmo que, a princípio, de maneira involuntária) dessa cultura pelos nativos colonizados pode ser considerada, respectivamente, uma tentativa de genocídio cultural e de aculturação (Davidson, 2012; Redfield *et al*, 1936).

aproximar os colonizados dos colonizadores e deixá-los mais vulneráveis à proposta “modernizadora” europeia (Bush, B. 1999).

Para além dos exemplos de dominação cultural supracitados, outra prática de caráter imaterial se destaca no que tange às ações imperialistas europeias: a apropriação do conhecimento produzido sobre a colônia, a fim de reproduzi-lo de maneira distorcida para justificar os outros tipos de dominação (Mudimbe, 1988; Ogot, 2009; Bush, 2006). Na presente proposta, esse fenômeno é identificado como *dominação epistemológica*⁶, e pode ser compreendido como a instrumentalização do conhecimento como ferramenta de construção de uma narrativa que beneficia as potências europeias em detrimento da exploração das suas colônias (Mudimbe, 1988; Ogot, 2009). Tal prática se dava por meio da produção de conteúdos de cunho científico, literário ou artístico por parte da metrópole, descrevendo os povos colonizados e suas respectivas culturas como selvagens e carentes de elementos que poderiam ser identificados na metrópole, atribuindo aos nativos uma imagem de inferioridade perante os europeus (Quijano, 2000; Mignolo, 2002).

Para basear essa ideia de que os povos das regiões colonizadas eram naturalmente inferiores, o Império muitas vezes se valia de argumentos científicos de cunho racista. Isso era feito com o apoio de conceitos deterministas advindos das ciências naturais, transpostos, por exemplo, para a área da antropologia, sociologia e filologia. O resultado foi a aplicação de preceitos como darwinismo social e etnocentrismo no conhecimento acadêmico europeu daquele período (Chafer & Sackur, 2002; Stepan, 1982).

Esse conhecimento gerado pela dominação epistemológica em território africano era comumente destinado à Europa, para lá ser publicado e divulgado em formato de livros, revistas científicas, jornais ou exposições de arte. Deste modo, as produções ganhavam visibilidade internacional e passavam a fundamentar, cada vez mais, uma representação do nativo colonizado como sendo bárbaro e incivilizado. Em face dessa imagem criada artificialmente,

⁶O conceito apresentado neste artigo como ‘dominação epistemológica’ (também chamado de domínio epistêmico) é trabalhado por diferentes autores e em contextos distintos. E aqui, ele será discutido especificamente no Imperialismo europeu dos séc. XIX e XX. Assim, vale ressaltar que, ainda que a linha de análise de certos autores trate de outros contextos, os nomes que serão utilizados como referências para esse conceito ao longo do trabalho possuem uma correlação com o colonialismo europeu. Como exemplo do que foi exposto acima, tem-se na América Latina, Mignolo (2002; 2011; 2015) e Quijano (2000); na África Subsaariana, V. Y. Mudimbe (1988), Ogot (2009) e Siba N. Grovogui (2006; 2013); no Norte da África e Oriente Médio, Albert Memmi (1957) e Edward Said (1978; 1993); e na Índia, Spivak (1999) e Chakrabarty (2000). Esses e outros autores serão utilizados a fim de fortalecer a discussão a respeito da dominação epistemológica e contribuir para a produção de um conhecimento acadêmico transregional e transcultural.

uma dualidade na forma de *Self vs Other*⁷ (Eu vs o Outro) passa a tomar forma, representada por uma dicotomia assimétrica entre o “europeu evoluído” e o “africano atrasado” (Pratt, 1992; Todorov, 1993). Essa divisão era o combustível não só para a dominação epistemológica ocorrer, mas também para todos os outros tipos de dominação. Ou seja, a partir do momento que se tem a metrópole intervindo na colônia e a primeira propaga esse conhecimento enviesado sobre a segunda, cria-se uma concepção - errônea - de que os povos colonizados são desprovidos de inteligência, educação e cultura. Logo, seria natural a população europeia apoiar uma ação imperialista mais enfática, sob um discurso de modernização e civilização daqueles povos. Isto posto, nota-se que, no olhar das potências, essa relação hierárquica advinda do encontro entre colonizado e colonizador precisava de ser preservada, para que houvesse então a iminência da dominação de uma cultura sobre a outra e, conseqüentemente, da metrópole sobre a colônia (Prakash, 1995).

A despeito das implicações para os povos nativos, ressalta-se que esse processo não acontece de forma unilateral. Para além da ideia de inferioridade imposta sobre os colonizados, destaca-se que os colonizadores também estão sujeitos ao impacto dos empreendimentos Imperialistas – não como vítimas, mas como agentes do processo. Tanto o colonizado quanto o colonizador tem suas identidades moldadas pela relação de exploração e subordinação existente entre ambos, constituindo, assim, uma condição necessária para a existência dos dois grupos. Segundo Memmi (2003, p. 123), “a existência do colonizador exige que seja sugerida uma imagem do colonizado”. Logo, a consciência do colonizador é moldada pelo reconhecimento dos seus benefícios e privilégios em detrimento da negação de direitos do colonizado. Já a consciência do último se dá a partir do reconhecimento da sua diferença perante o primeiro, quase que de forma inalcançável, passando até a aceitar o fardo de que talvez fossem realmente inferiores, como os colonizadores diziam (Memmi, 2003).

Nandy (1989, p. 2) argumenta que o colonialismo pode ser compreendido como “um estado psicológico enraizado em formas anteriores de consciência social, tanto dos colonizadores, quanto dos colonizados”. Esse estado psicológico é representado por códigos compartilhados entre ambas as partes, que carregam uma bagagem cultural que antecede a invasão do governo imperial e pode persistir após a sua saída. Nesse sentido, Nandy (1989)

⁷ A dualidade entre *Self vs Other* (Eu vs o Outro) é trabalhada principalmente por Tzvetan Todorov (1993), que faz uma crítica ao estruturalismo clássico europeu dos séc. XVIII e XIX, que definia - por meio do racismo e etnocentrismo - a superioridade dos europeus em relação a outros povos (Todorov, 1993). No contexto do Imperialismo dos séc. XIX e XX, o processo de formação da identidade do "Eu" em oposição ao "Outro" é baseado no encontro entre o colonizador e o colonizado (Memmi, 2003; Pratt, 1992), e transposto para a relação entre o europeu e o africano no geral, com a ajuda da dominação epistemológica.

defende que não era uma condição obrigatória haver uma justificativa política e econômica para motivar o estabelecimento de um empreendimento imperialista. De acordo com ele, questões culturais já seriam capazes de gerar tal interesse. Os códigos culturais compartilhados previamente funcionavam como contornos psicológicos que alteravam as prioridades culturais originais de ambos os lados e traziam para o centro uma relação de subordinação de uma cultura sobre a outra (Nandy, 1989). Dessa forma, o autor enfatiza que “os governantes [compreendiam] a exploração colonial como um subproduto acidental e lamentável de uma filosofia de vida que estava em harmonia com formas superiores de organização política e econômica” (Nandy, 1989, p. 10), legitimadas por uma hierarquia cultural entre o colonizador e o colonizado.

Ainda a respeito dessa hierarquia dicotômica, De Souza Pinto & Mignolo (2015) argumentam que:

A desumanização de habitantes não europeus do globo foi necessária para justificar o controle de tais ‘seres humanos inferiores’. Racismo como o conhecemos hoje foi estabelecido àquela época. Racismo não é biológico, mas sim epistêmico; é a classificação e a hierarquização de umas pessoas por outras que controlam a produção do conhecimento, que estão em posição de atribuir credibilidade a tal classificação e hierarquização e que estabelecem a si mesmas como o padrão: ‘os humanos’ – todos os demais são apenas diferentes graus de quase ou semi-humanos (De Souza Pinto & Mignolo, 2015 p. 383).

A partir das acepções elucidadas, percebe-se então que o elemento primordial para a constituição dessa divisão entre Eu e o Outro era a *linguagem*. Ela estava presente tanto na interação direta entre o colonizador e o colonizado, quanto na dominação epistemológica do acadêmico europeu que se aproveitava do estereótipo africano. O conhecimento produzido era repassado por meio da linguagem escrita, oral ou visual, e para haver uma absorção do conteúdo proposto por essas obras, era necessário um compartilhamento de entendimentos entre aquele que o propõe e aquele que o recebe (Bhabha, 1998; Said, 1993). Era por meio dessa relação intersubjetiva que o sentido buscado pelo pesquisador, escritor ou pintor europeu era de fato adquirido. Portanto, a linguagem era o mecanismo de transmissão dos significados propostos pela metrópole, e, posteriormente, absorvidos por aqueles sob o seu raio de influência (Said, 1993; Bhabha, 1998; De Souza Pinto & Mignolo, 2015).

Quando esse conhecimento coletivo construído - ou fomentado⁸ - pela prática frequente da dominação epistemológica era efetivamente absorvido e introjetado, a tendência era que ele se tornasse uma sólida narrativa. A partir do momento que a imagem do colonizado sendo representado como inferior, bárbaro e incivilizado passou a ser um discurso recorrente, pode-se dizer que a camada de dominação ficou ainda mais espessa e difícil de ser revertida. Ademais, com esse movimento, a tendência é que a imagem artificial produzida passe a ser entendida como uma realidade (Spivak, 1999; Chowdhry & Nair, 2002). Em consequência disso, o preconceito, o racismo e a xenofobia contra aquele que é diferente torna-se cada vez mais arraigado aos entendimentos da sociedade como um todo.

Segundo Barbara Bush (2006) e Siba N. Grovogui (2006; 2013), essa estrutura discursiva interpretada como uma 'verdade' possibilitava que o Império a utilizasse como instrumento de opressão sobre a colônia, na intenção de consolidar a posição de subalternidade cultural e racial dos nativos perante os europeus. Para Doty (1996, p. 6), "atentando-se para práticas discursivas, é possível examinar como funcionam os processos de produção da 'verdade' e do 'conhecimento' e como eles são articulados nos exercícios do poder político, econômico e militar"⁹ (Doty, 1996, p. 5-6). Nesse sentido, os discursos de poder eram mantidos através de ideologias hegemônicas que trabalhavam em consonância com os interesses da metrópole. Logo, não se pode dissociar *conhecimento* de *poder*, uma vez que o primeiro conceito pode ser considerado uma das formas de manifestação do segundo (Doty, 1996; Bush, 2006; Grovogui, 2006; 2013).

Constata-se, portanto, que ainda que as raízes dos interesses europeus nas colônias estivessem ligadas a ganhos materiais, mecanismos como a dominação epistemológica tinham um papel imprescindível para a dinâmica do processo colonizador. E de forma sutil, o resultado dessa dominação se espalhava, permeando o discurso imperialista eurocêntrico em todas as áreas do conhecimento e da sociedade. Conseqüentemente, aqueles indivíduos e instituições sob o espectro de influência da Europa naquela época absorviam esses preceitos.

⁸ Fomentado porque muitas vezes a dominação epistemológica era baseada em conhecimentos pré-estabelecidos e já existentes, sem precisar criá-los do zero. Nesse caso, a dominação vinha para enfatizar e promover a manutenção desse sentido através da reafirmação do mesmo.

⁹No original: "Focusing on discursive practices enables one to examine how the processes that produce 'truth' and 'knowledge' work and how they are articulated with the exercise of political, military, and economic power" (Doty, 1996, p. 5-6).

O Pós-colonialismo

Em meio à expansão da narrativa europeia e a consequente consolidação de um conhecimento eurocêntrico, essa interpretação ganhou forças, a ponto de ser reconhecida como legítima e incontestável. Porém, o presente trabalho faz uma crítica a esse pressuposto e apresenta uma proposta de análise a partir de uma perspectiva alternativa. Tal escolha visa desestabilizar os conceitos postos pelo eurocentrismo, desestruturar as estruturas de linguagem erguidas pela dominação epistemológica e, por fim, desconstruir a “realidade” criada pela hegemonia imperialista.

Além de o Imperialismo europeu dos séculos XIX e XX no continente africano ser um fenômeno pouco estudado dentro das RI (Darby & Paolini, 1994), as análises a respeito do tema são feitas majoritariamente a partir de uma perspectiva materialista e eurocêntrica (Seth, 2011; Bush, B. 2006; Chowdhry & Nair, 2002; DOYLE, 1986). Essa característica justifica-se pela tradição racionalista do campo, marcada por uma visão positivista dos objetos de estudo, e que foi construída por meio de um conhecimento produzido, em grande medida, na Europa e por europeus (Acharya, 2000). Tal fato implica em estudos sobre o Imperialismo que, mesmo com a recente abertura do campo para teorias antes consideradas marginais, ainda carrega marcas profundas do universalismo europeu (Wallerstein, 2006; Amin, 1988).

Dito isso, ressalta-se a importância de se abordar uma perspectiva que divirja da mencionada acima. Especialmente por ser uma tentativa de contraposição à estrutura dominante europeia - não apenas tratando-se do fenômeno “Imperialismo”, mas também do conhecimento produzido a respeito desse tema. Nesse sentido, cabe à presente situação a utilização do *pós-colonialismo*, perspectiva que busca, de maneira crítica e normativa, uma ressignificação de conceitos usualmente considerados “dados” dentro do campo das Relações Internacionais (Grovoqui, 2006; 2013).

O pós-colonialismo ganhou forças no final do século XX, no campo da literatura, com obras seminais como a de Ngugi wa Thiong’o (1986) e Bill Ashcroft *et al* (1989). Porém, o movimento tomava forma desde antes, principalmente com Aimé Césaire (1950), Frantz Fanon (1952; 1961) e Edward Said (1978). O impacto desses autores no desenvolvimento de um pensamento crítico acerca do colonialismo europeu possibilitou que, no final da década de 1990, ganhasse mais espaço e de fato fosse estudado nas RI. Com uma gama variada de autores pós-coloniais advindos de contextos e locais de fala distintos, a ideia aqui é contribuir para um panorama geral a respeito do que o pós-colonialismo defende, por meio de uma abordagem transfronteiriça e multifacetária.

Sendo assim, de acordo com Siba N. Grovogui (2013), o pós-colonialismo trata questões relacionadas a poder, identidade e cultura, contestando a ideia de que a Europa possui as formas mais refinadas de princípios éticos, morais e racionais. O interesse é propor outros significados que refletem melhor a sociedade contemporânea, dando voz de fala para comunidades anteriormente subjugadas (Grovogui, 2013). Comparada às outras teorias, ela dá uma atenção maior para discussões a respeito de raça, gênero e classe, buscando promover “uma crítica alternativa às hierarquias e relações globais de poder”¹⁰ (Chowdhry & Nair, 2002, p. 2).

Dentro dos estudos pós-coloniais, dois grupos ganham destaque no que tange às críticas feitas à estrutura dominadora eurocêntrica, mas que divergem em alguns aspectos. O primeiro é o *Subaltern Studies*, criado na década de 1970 por acadêmicos originários principalmente da Índia - dentre eles Guja, Chakrabarty e Spivak. O segundo é o grupo *Modernidad/Colonialidad*, criado em 1992 por acadêmicos majoritariamente latino-americanos, como Mignolo, Quijano e Grosfoguel. Esse último grupo deu origem à vertente decolonial, que visa redirecionar o debate pós-colonial para o cenário da América Latina e reivindica uma maior autonomia epistêmica da área ao criticar ditos cânones da linguística europeia, literatura que os pós-coloniais do *Subaltern Studies* ainda se apoiavam para produzir conhecimento, como Foucault e Derrida (Ballestrin, 2013). Ademais, outra diferença relevante entre pós-coloniais indianos e decoloniais latino-americanos é que os primeiros partem de um local de fala de contato com a experiência colonial europeia a partir do Imperialismo nos séculos XIX e XX, enquanto na América Latina, o contato com a colonização veio desde os séculos XV e XVI. Logo, o grupo *Modernidad/Colonialidad* não considera o Imperialismo europeu uma experiência única, impressão aparente no *Subaltern Studies* (Ballestrin, 2013).

É imprescindível mencionar as contribuições de Edward Said para o pós-colonialismo, principalmente as discussões desenvolvidas em *Orientalismo* (1978) e *Cultura e Imperialismo* (1993). Sua *magnum opus* *Orientalismo* (1978) trata da dominação epistemológica feita pelo Ocidente no Oriente. De acordo com ele, a região oriental (Oriente Próximo, Oriente Médio e Extremo Oriente – todas fazendo alusão à respectiva distância de cada uma para a Europa) foi socialmente construída a partir de conceitos advindos de uma narrativa ocidental de dominação e subjugação sobre aqueles territórios e os povos contidos neles. Deste modo, orientalismo era o fenômeno de apropriação do conhecimento produzido a respeito do Oriente, mas que era feito pelo Ocidente, de maneira parcial e enviesada. Isso era feito visando à construção de uma

¹⁰ No original: “[...] an alternative critique of global power hierarchies and relations [...]”(Chowdhry & Nair, 2002, p. 2).

imagem de inferioridade e exotividade do Oriente. Tal obra teve um efeito seminal para os estudos pós-coloniais, pois deu margem para que outros autores viessem a ter essa postura crítica e normativa que Said possuía ao tratar dos impactos negativos da colonização, sempre buscando desconstruí-los (Said, 1978).

Já em *Cultura e Imperialismo* (1993), Said continua a discussão, estabelecendo um recorte temporal do Imperialismo europeu dos séculos XIX e XX. Ele mostra a importância de aspectos subjetivos nas ações imperialistas europeias, correlacionando-as à dominação material e imaterial exercida pelas potências. Segundo Said, por mais que os interesses europeus com os empreendimentos imperialistas viessem de motivações materiais relacionadas à disputa por terras e recursos naturais, para que elas ocorressem, uma narrativa teve de ser construída. Sua obra, portanto, trata da relação entre cultura e Imperialismo, contribuindo para uma compreensão pós-colonial da importância do conhecimento e do poder que a construção dessa narrativa teve para servir de suporte às ações materiais de dominação das colônias (Said, 1993).

A respeito da construção teórica do pós-colonialismo no campo das RI, reconhece-se que a mesma teve influência do marxismo, construtivismo e pós-estruturalismo. Essas lentes de análise de característica reflexivista e pós-positivista possibilitaram que a ótica pós-colonial cumprisse um papel nas teorias de RI que até então não havia sido delegado a nenhuma outra abordagem. O de atacar as bases fundacionais do conhecimento construído a partir de uma visão colonialista eurocêntrica, propondo uma alternativa¹¹ que substituísse esse paradigma. Dessa forma, conceitos como *modernidade* - que anteriormente estava diretamente associada à percepção da Europa sobre o que é ser moderno - passaram a ser deliberadamente questionados (Chakrabarty, 2000). Outro avanço que o pós-colonialismo proporciona é o peso que ele atribui para discussões críticas acerca das consequências do Imperialismo, além dos resquícios e manifestações desse fenômeno na contemporaneidade (Chowdhry & Nair, 2002).

Mediante a importância que a teoria pós-colonial dá para esse último ponto, é importante enfatizar que a dominação epistemológica é uma das ações imperialistas cujo resultado reverbera até hoje. Essa extensão da lógica dominadora por trás do processo de colonização é trabalhada principalmente por Quijano (2000), que chama tal fenômeno de *colonialidade* ou *matriz colonial do poder*. Para ele, por mais que a colonização europeia em outros continentes

¹¹ As teorias contemporâneas *mainstream* das RI podem ser enquadradas principalmente como teorias críticas, pois criticam modos de operação sociais particulares sem se atentar para a sugestão de uma perspectiva substituída. Já o pós-colonialismo se encaixa nas teorias normativas, pois sugere uma estruturação alternativa da sociedade, diferente da existente. Propondo, para além de críticas, soluções que tentam compreender a realidade de outra maneira. Apesar disso, ressalta-se que o pós-colonialismo é uma perspectiva contemporânea, mas ainda considerada alternativa e não-convencional. Sendo assim, é de interesse dessa proposta contribuir para a produção científica da perspectiva pós-colonial.

tenha de fato acabado, ainda há uma estrutura de dominação que remete a esse período e que persiste de maneira muito presente. Na dimensão subjetiva, o conhecimento regado por princípios universalistas europeus é um exemplo disso (Quijano, 2000). No âmbito material, a colonialidade manifesta-se, por exemplo, por meio do sistema capitalista neoliberal e a divisão internacional do trabalho (Ballestrin, 2013). Essa consiste na separação entre os Estados em desenvolvimento, que fornecem mão de obra barata e matéria-prima para os Estados desenvolvidos, enquanto os últimos detêm o monopólio dos fluxos de capital transnacional. Grosfoguel (2009, p. 16) complementa que essa divisão “se sobrepõe à hierarquia racial/étnica global de europeus/não-europeus”, de modo que os não-europeus, não-ocidentais e não-brancos muitas vezes encontram-se em posição de vulnerabilidade e exploração no que tange às condições de trabalho impostas a eles. Assim, Quijano (2000) identifica que ambos os espectros (objetivo e subjetivo) da colonialidade persistem na contemporaneidade.

Tendo em vista o contexto de dominação ainda vigente, o pós-colonialismo vem para contrapor essa estrutura, oferecendo resistência e objeção ao que o colonialismo promoveu e a colonialidade preserva (Mignolo, 2011). Essa missão é necessária, primeiramente, pela relevância de se opor a uma força exógena e buscar o reconhecimento e autodeterminação de um conhecimento, cultura ou povo até então subjugado. Também, pois muitas vezes a influência eurocêntrica carregada pela colonialidade se dá de maneira branda, sem que aqueles afetados por ela percebam. Para Mata (2014, p. 33), “a inconsciência dessa ‘colonização’ invisível [...] bloqueia qualquer tipo de resistência”, permitindo a perpetuação dessa estrutura opressora subjetiva por muito tempo. Portanto, “hoje a questão do eurocentrismo põe-se nos estudos pós-coloniais porque ela pressupõe a necessidade de uma descolonização teórica” (Mata, 2014, p. 34).

À vista disso, a lente do pós-colonialismo torna-se então uma possibilidade de emancipação para os indivíduos originários das colônias/ex-colônias. Ela se torna a voz daqueles que foram silenciados pelo discurso civilizatório e daqueles cegados pela imagem sintética de um “Outro” selvagem e passível de dominação (Krishna, 2009). Com o passar do tempo e o crescimento do número de estudos a respeito do tema, o pós-colonialismo se consolidou como perspectiva teórica, tornando-se cada vez mais robusto e autônomo, não só dentro das RI, mas na área de humanidades e ciências sociais como um todo. Consequentemente, esse fortalecimento dos estudos pós-coloniais possibilitou que produções europeias “contaminadas” pela dominação epistemológica fossem identificadas e desconstruídas.

A manifestação da dominação epistemológica

A partir das análises feitas a respeito da dominação epistemológica no Imperialismo e do arcabouço teórico pós-colonial que foi apresentado, torna-se possível uma identificação mais clara e prática desse fenômeno. Deste modo, foram analisados aqui alguns trechos de obras de autores europeus dos séculos XIX e XX, responsáveis pela produção científica eurocêntrica que fomentou o processo de dominação epistemológica sobre a África. Dito isso, é imprescindível mencionar que principalmente Reino Unido e França¹² concentraram grande parte desse conhecimento (Said, 1993; 1978). Logo, as análises a seguir são de produções britânicas e francesas que apresentam traços de dominação epistemológica.

Evelyn Baring, também conhecido pelo título de Lorde de Cromer, descreveu sua experiência como diplomata e oficial militar da colônia britânica do Egito em *Modern Egypt* (1908). Ao comparar os colonizadores e os nativos, Cromer diz que “de fato, a diferença de atributos mentais constitui possivelmente a principal barreira entre eles. Isso impede que o inglês e o egípcio se entendam”¹³ (Cromer, 1908, v. 2, p. 154). Cromer completa o raciocínio alegando que, a despeito dessa diferença, o egípcio “é um bom imitador e fará uma cópia fiel, às vezes até servil, do trabalho de seu professor europeu”¹⁴ (Cromer, 1908, v. 2, p. 154).

Pela interpretação desses trechos, nota-se o caráter pejorativo colocado sobre o egípcio, que é considerado intelectualmente inferior ao inglês. Além disso, quando Cromer fala que, a despeito do que foi dito, o egípcio é um bom imitador e *às vezes até servil ao trabalho de seu professor europeu*, ele dá margem para que haja um entendimento do egípcio como um ser fácil de domar e que ter o europeu como seu professor poderia representar controle e exploração sobre aquele povo. Sem contar que, tendo em vista a posição influente que Lorde Cromer possuía - tanto para o governo britânico, quanto para a sociedade inglesa como um todo - suas obras eram muito divulgadas e serviam de base para fundamentar as ações britânicas no Egito.

Em *Domination et Colonisation* (1910), principal obra do escritor e agente diplomático francês Jules Harmand, fica nítida a noção de superioridade europeia sobre os povos colonizados. Nas palavras do próprio Harmand,

¹² Reino Unido e França foram respectivamente os dois Estados que mais se beneficiaram com o Imperialismo, principalmente pela grande parcela de terras africanas concedidas à ambos, a partir da Conferência de Berlim. Tal fato corroborou para uma atuação mais incisiva destes Impérios no continente, quando comparado às outras potências europeias (Hobsbawm, 1989). Portanto, essa ação enfática britânica e francesa na África (e também na Ásia) está diretamente relacionada ao fato de o maior número de produções marcadas pela dominação epistemológica serem de autores destes dois países (Said, 1978).

¹³ No original: “Indeed, this difference of mental attributes constitutes perhaps the greatest of all barriers. It prevents the Englishman and the Egyptian from understanding each other” (Cromer, 1908, v. 2, p. 154).

¹⁴ No original: “He is a good imitator, and will make a faithful, even sometimes a too servile copy of the work of his European teacher” (Cromer, 1908, v. 2, p. 154).

Devemos, então, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que pertencemos à raça e à civilização superiores, reconhecendo também que, se a superioridade confere direitos, ela impõe obrigações em troca. A legitimação básica da conquista dos povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não apenas nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral; é nela que reside nossa dignidade e nosso direito de dirigir o resto da humanidade. O poder material é apenas um meio para esse fim¹⁵ (Harmand, 1910, p. 156).

Nota-se que a construção e a reafirmação do discurso de hierarquia entre raças eram a base para legitimar as ações de dominação europeia. Quando Harmand argumenta que a superioridade impõe obrigações, ele praticamente afirma de maneira determinista que uma “civilização superior” *deve* intervir em uma “civilização inferior”. Essa obrigatoriedade adviria não apenas do poder material que a potência imperial possui, mas também dos seus valores morais, considerados “melhores” que os dos nativos. Dessa forma, era aplicada uma “lógica natural” de que povos considerados inferiores (aqueles que não se enquadravam no padrão europeu) precisavam de uma intervenção europeia para que esses valores “superiores” fossem promovidos. Tal narrativa a respeito do dever europeu de “dirigir o resto da humanidade” mostra a posição que eles se colocavam e a função que eles se davam em relação ao cenário internacional.

Ainda a respeito das ações imperiais europeias, o sociólogo inglês Benjamin Kidd disse em sua obra *The Control of the Tropics* (1898, p. 54) que, “se nossa civilização tem algum direito, é porque ela representa ideais superiores de humanidade, um tipo elevado de ordem social”¹⁶. Nesse trecho, também é possível identificar uma associação entre aspectos subjetivos relacionados à moral e à ética e o direito de os Impérios intervirem na África. É evidente a afirmação desses ideais de humanidade sendo interpretados como algo intrínseco aos europeus, e que outros povos careciam desses valores. Destaca-se também a utilização do termo de posse “nossa”, que, nesse contexto, faz referência à civilização europeia, local de fala do autor. Essa

¹⁵No original: “Il faut donc accepter comme principe, prendre pour point de départ qu’il y a une hiérarchie des races et des civilisations, et que nous appartenons à la race et à la civilisation supérieures, mais en reconnaissant aussi que, si cette supériorité confère des droits, elle impose en retour de grands devoirs. La légitimation foncière de la conquête indigène, c’est cette conviction de notre supériorité, non pas seulement mécanique, économique et militaire, mais surtout de notre supériorité morale; c’est en elle que réside notre dignité et que se fonde notre droit à la direction du reste de l’humanité; la puissance matérielle n’en est que l’outil” (Harmand, 1910, p. 156).

¹⁶No original: “[...] if our civilization has any right there at all, it is because it represents higher ideals of humanity, a higher type of social order” (Kidd, 1898, p. 54).

identificação se opõe aos colonizados e à sua civilização, considerada subalterna. A respeito disso, a dualidade em que se contrapõe metrópole e colônia e colonizador e colonizado, enfatizando a diferença entre *Nós* e *os Outros*, é uma das características marcantes da dominação epistemológica.

Por mais que houvesse um esforço claro desses autores para associar os interesses finais da dominação com a narrativa humanitária e civilizatória, eles estavam cientes da exploração e suas implicações negativas para os nativos. O francês Leopold de Saussure, em *Psychologie de la colonisation française e dans ses rapports avec les sociétés indigènes* (1899), por exemplo, enaltece que mesmo “que as expedições coloniais não tenham sido motivadas pelo mais puro interesse humanitário, todas as forças foram depositadas em cobrir a violência da conquista com a aura da missão civilizadora”¹⁷(Saussure, 1899, p. 294). Novamente, percebe-se a importância de se mascarar as atrocidades promovidas pelo Imperialismo com o argumento humanitário da promoção da modernização e demais valores ocidentais para os povos colonizados.

A intenção era transparecer que a Europa estava fazendo um favor à África (Bush, 2006). Assim, os governos imperialistas teriam apoio por parte de instâncias nacionais e internacionais que dariam legitimidade para que a dominação ocorresse e fosse aceita, inclusive, pela sociedade civil europeia (Said, 1993). Os governantes e pesquisadores da época sabiam dos aspectos negativos ligados à violência, dominação e exploração que rondavam a colonização. Porém, com a ajuda da dominação epistemológica, buscava-se contar a história de outra forma: uma que fosse muito mais branda e passível de ser apoiada. Ainda assim, muitas vezes, eles de fato acreditavam nas teorias raciais que tentavam explicar a superioridade branca sobre a negra e demais etnias dos povos dominados.

Em decorrência de todo esse processo, o conhecimento produzido e construído a partir deste viés político-dominador acabou se transferindo de maneira gradual para o entendimento comum da sociedade europeia. Isso era feito por meio da educação nas escolas; jornais; revistas; romances publicados por autores influentes da época; obras de arte, peças de teatro e dezenas de outros meios, até chegar à própria ação do Estado, através de propagandas do governo.

O resultado em longo prazo foi a consolidação de uma concepção racista e xenófoba sobre os indivíduos colonizados, associando suas etnias à inferioridade e subalternidade. Isso impactou também em suas culturas e os territórios de onde vinham, que passaram a ser

¹⁷ No original: “[...] si les expéditions coloniales n’ont pas été motivées par le plus pur désintéressement humanitaire, toutes les puissances se sont plu à entourer de l’aurole d’une mission civilisatrice [...]” (Saussure, 1899, p. 294).

considerados retrógrados, exóticos e selvagens. Dessa forma, os Impérios aproveitavam esse entendimento compartilhado a respeito das colônias e dos povos que lá viviam para realizar, sem muita oposição (por mais que ela de fato existisse), suas investidas materiais. Estas que visavam majoritariamente o acúmulo de terras e a extração de riquezas advindas da colônia. Logo, compreende-se que as ações imateriais funcionavam como um suporte para que as ações materiais fossem efetivamente colocadas em prática.

Considerações finais

Retomando as discussões feitas no decorrer do artigo, percebe-se então a importância de se abordar o Imperialismo dos séculos XIX e XX por uma perspectiva que não seja eurocêntrica nem possua um viés racionalista-positivista. Os estudos acadêmicos acerca desse fenômeno comumente abarcam a dominação material e giram em torno das suas implicações. Porém, como foi exposto aqui, ações de caráter imaterial de fato contribuíram para justificar as intervenções europeias no continente africano, resultando na satisfação dos interesses materiais das potências. Portanto, uma abordagem que compreende o Imperialismo não apenas por ações materiais e objetivas europeias, mas também imateriais e subjetivas, permite uma maior compreensão a respeito da instrumentalização do conhecimento como ferramenta de dominação, que é o tema principal deste artigo.

A dominação epistemológica ajudava a conferir legitimidade para as ações imperialistas europeias, pois ela instituía ao senso comum (eurocêntrico) a ideia falaciosa de inferioridade dos povos e culturas colonizadas. Isso contribuiu para a construção de um preconceito contra os nativos, implicando em uma hierarquização não apenas de povos e culturas, mas também de conhecimentos, dada por meio de uma classificação dos saberes (Mignolo, 2011; 1995). Enquanto o conhecimento produzido pela Europa era considerado válido, os conhecimentos produzidos pelas colônias eram considerados subalternos.

Dessa forma, o Imperialismo contribuiu para a criação de fronteiras reais e metafóricas entre os indivíduos (Russell, 2001). Fronteiras reais pelas delimitações territoriais institucionalizadas pela partilha do continente africano na Conferência de Berlim. Já as metafóricas, pelas barreiras subjetivas do preconceito criadas pela dominação epistemológica, as quais distanciavam o europeu dos colonizados e enraizavam a narrativa da inferioridade africana.

Nesse sentido, a lente do pós-colonialismo serviu de fundamentação teórica para a compreensão da relação entre conhecimento e poder e a importância da linguagem para a

construção de uma narrativa de superioridade europeia. Além disso, o pós-colonialismo permite compreender o papel que valores ocidentais como modernidade e civilidade tinham para o convencimento do “dever” europeu de intervir na África. Em vista disso, por meio de uma perspectiva crítica-normativa, o pós-colonialismo contribuiu para a compreensão do peso que a narrativa de subjugação dos povos colonizados teve para as ações imperialistas materiais e a consequente exploração dos nativos. A necessidade de garantir o apoio – ou, no mínimo, a conviência - da sociedade europeia perante a colonização na África requeria medidas de caráter imaterial, e é nesse contexto que a dominação epistemológica era utilizada.

Na última seção, foi feita uma análise de trechos de obras inglesas e francesas do período imperialista que caracterizavam essa percepção europeia de superioridade perante os povos colonizados. A partir da interpretação destes textos, nota-se a ênfase que os autores responsáveis davam para a afirmação do status de inferioridade africana e a consequente necessidade da missão civilizatória. Os termos utilizados por eles, por exemplo, caracterizavam essa dualidade entre *Eu* e *o Outro*, representadas pelas disparidades entre europeus e africanos.

Destaca-se que os governos imperialistas muitas vezes incorporavam esse discurso na aplicação de suas políticas, promovendo ainda mais a concepção de subjugação contra os povos colonizados (Bush, 2006; Doty, 1996). No entanto, de acordo com Curtin (1971, p. 73), a dominação epistemológica, assim como o racismo fomentado por ela, “poderia ter uma influência poderosa, mas a direção dessa influência era passível de ser fortemente modificada por outras atitudes”¹⁸. O método da apropriação do conhecimento como instrumento de dominação era uma das ferramentas dos Impérios na colonização africana, e, de fato, ela contribuía para que as outras dominações ocorressem. Porém, não se pode negar o fato de que ela sozinha não tinha forças o suficiente para fazer com que a metrópole cumprisse com seus objetivos finais (Curtin, 1971). Ademais, conforme discutido por Nandy (1989), a hierarquização de culturas não era uma consequência dos interesses materiais europeus na África, mas sim um fator que contribuiu para a busca dos mesmos por esse e outros meios. Por esse motivo, a dominação epistemológica era aplicada simultaneamente às ações de caráter material, constituindo assim uma relação co-constitutiva entre práticas de dominação objetivas e subjetivas.

Com o compartilhamento do discurso criado pela dominação epistemológica, têm-se então uma narrativa artificial racista que era absorvida gradativamente pela sociedade, até que

¹⁸ No original: “it could have a powerful influence, but the direction of that influence might be strongly modified by other attitudes.” (Curtin, 1971, p. 73).

ficasse enraizada no subconsciente dos indivíduos, a ponto de ser compreendida como uma verdade (Spivak, 1999; Chowdhry & Nair, 2002). Dito isso, o conhecimento gerado a partir dessas práticas de discriminação passou a incorporar discursos políticos; sistemas educacionais (tanto na Europa quanto em suas colônias); veículos de mídia e o senso comum da sociedade. A partir daí, pode-se concluir que atitudes xenófobas e racistas contra africanos passaram a ser uma realidade cada vez mais recorrente.

Referências bibliográficas

ACHARYA, Amitav. Ethnocentrism and Emancipatory IR Theory. In: ARNOLD, S; BIER, J. M. eds. **Displacing Security**. Toronto: Centre for International and Security Studies, York University, 2000. Disponível em: <<http://www.amitavacharya.com/sites/default/files/Ethnocentrism%20and%20Emancipatory%20IR%20Theory.pdf>> Acessado em: 3 out. 2018.

AMIN, Samir. **Eurocentrism**. Paris, Anthropos, 1988. Reprint, New York, Monthly Review Press, 1989.

__. **Imperialism and Unequal Development**. Londres:Monthly Review Press, 1977.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back: Theory and practice in post-colonial literatures**. Londres/Nova York: Routledge, 1989.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 11, 2013, p.89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext&tlng=es> Acessado em: 21 set. 2018.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. Londres/Nova York: Routledge, 1994.

BUSH, Barbara. **Imperialism and Postcolonialism**. London, Pearson Longman. 1st Ed, 2006.

__. **Imperialism, Race and Resistance: Africa and Britain, 1918 to 1945**. Londres : Routledge, 1999.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le Colonialisme**. Paris: Edition Reclame, 1950.

CHAFER, Tony; SACKUR, Amanda. **Promoting the Colonial Idea: Propaganda and Visions of Empire in France**. Nova York: Palgrave Publishers Ltd. 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations: Reading Race, Gender and Class**. Londres/Nova York: Routledge, 2002.

COHEN, Benjamin. **The Question of Imperialism: The Political Economy of Dominance and Dependence**. Londres: Palgrave Macmillan, 1974.

CROMER, Evelyn Baring, Earl of. **Modern Egypt**. Nova York: The Macmillan Company, vol. 2, 1908.

CURTIN, Philip D. **Imperialism**. Basingstoke/Londres: The Macmillan Press, 1971.

DARBY, Phillip; PAOLINI, Albert J. Bridging international relations and postcolonialism. **Alternatives**, v. 19, n. 3, 1994, p. 371-397. Disponível em:
<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030437549401900304?journalCode=alta>>
Acessado em: 20 out. 2019.

DAVIDSON, Lawrence. **Cultural Genocide**. New Jersey, Rutgers University Press, 2012.

DE SOUZA PINTO, J. R. & MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, jul.-set. 2015, p. 381-402. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74243478002>> Acessado em: 23 set. 2018.

DOTY, Roxanne Lyn. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Borderlines, v. 5. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

DOYLE, Michael. **Empires**. Nova York: Cornell University Press, 1986.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Translated from the French by Charles L. Markmann. Nova York: Grove Press, 1952.

__. **The Wretched of the Earth**. Tradução de Richard Philcox. Nova York, Grove Press, 1961.

GROSGUÉL, Ramón. A decolonial approach to political-economy: Transmodernity, border thinking and global coloniality. **Kult**, v. 6, n. 1, 2009, p. 10-38. Disponível em:
<http://www.postkolonial.dk/artikler/kult_6/GROSGUÉL.pdf> Acessado em: 20 out. 2019.

GROVOGUI, Siba N. **Beyond Eurocentrism and Anarchy: Memories of International Order and Institutions**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006.

__. Postcolonialism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford University Press, 3rd Ed. 2013.

HARMAND, Jules. **Domination et Colonisation**. Paris: Éditeur Ernest Flammarion, 1910.

HOBBSBAWM, Eric J. **The Age of Empire: 1875-1914**. Nova York: Vintage Books (Random House), 1989.

HOBSON, J. A. **Imperialism: a Study**. George Allen & Unwin LTD, 1902.

KIDD, Benjamin. **The Control of the Tropics**. Londres: Macmillan Company, 1898.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century**. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2009.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialism: The Highest Stage of Capitalism**. 1916. Reprint, Sydney: Resistance Marxist Library, 1999.

MATA, Inocência. Estudos Pós-coloniais: Desconstruindo Genealogias Eurocêntricas. Dossiê Diálogos do Sul. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, abr. 2014, p. 27-42. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16185/10957>> Acessado em: 09 set. 2018.

MEMMI, Albert. **The colonizer and the colonized**. Souvenir Press, 2003. Traduzido por Howard Greenfeld a partir da obra *Portrait du Colonise precede du Portrait du Colonisateur*, by Editions Buchet/Chaste, 1957.

MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality and Colonization**. Michigan: The University of Michigan Press, 1995.

__. **The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference**. The South Atlantic Quarterly, 101:1, Duke University Press, 2002.

__. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham/Londres: Duke University Press, 2011.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1948.

MUDIMBE, Vincent Yves. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

__. **The Idea of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

NANDY, Ashis. **Intimate enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

OGOT, Bethwell A. **Rereading the History and Historiography of Epistemic Domination and Resistance in Africa**. African Studies Review, Vol. 52, No. 1 (April, 2009), pp. 1-22, 2009. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27667420?origin=JSTOR-pdf>> Acessado em: 20 set. 2018.

PRAKASH, Gyan. **After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. Londres/Nova York: Routledge, Taylor & Francis Group, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South** 1.3. Duke University Press, 2000.

REDFIELD *et al.* Memorandum for the Study of Acculturation. **American Anthropologist**. n.38, 1936, p. 149-152.

RUSSELL, Lynette. **Colonial Frontiers: Indigenous European Encounters in Settler Societies**. Manchester: Manchester University Press, 2001.

SAID, Edward W. **Orientalism**. Nova York: Pantheon Books, 1978.

—. **Culture and Imperialism**. Nova York: Vintage Books (Random House).1993.

SAUSSURE, Leopold. **Psychologie de la colonisation française dans ses rapports avec les sociétés indigènes**. Paris: Éditeur Félix Alcan, 1899.

SETH, Sanjay. **Postcolonial theory and the critique of International Relations**. Millennium, v. 40 (1), 167-183, 2011. Disponível em:
<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0305829811412325>> Acessado em: 21 set. 2018.

SCHUMPETER, Joseph. **Imperialism and Social Classes**. Oxford: Blackwell, 1919.

SPIVAK, Gayatri C. **A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1999.

STASIULIS, Daiva; YUVAL-DAVIS, Nira. **Unsettling Settler Societies: Articulations of Gender, Race, Ethnicity and Class**. Londres: Sage Publications, 1995.

STEPAN, Nancy. **The Idea of Race in Science: Great Britain, 1800–1960**. Londres: Macmillan, 1982.

THIONG'O, Ngugi wa. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature**. Londres: James Currey, 1986.

THOMAS, N. **Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government**. Oxford: Polity Press, 1994.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros: A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana**. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1993.

TOMLINSON, John. **Cultural Imperialism: A Critical Introduction**. Londres: Continuum, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **European Universalism: The Rhetoric of Power**. Nova York/Londres: The New Press, 2006.